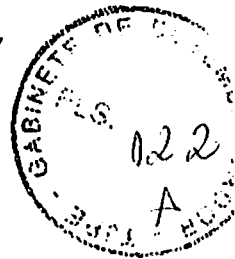




Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL



Apelação Cível nº 0085977-0

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do município de Arcoverde-PE (SINTEMA)

Apelado: Município de Arcoverde ✓

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

SUMO

EMENTA: PROCESSO CIVIL. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM E IRREGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL. REJEITADAS. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. EXTRAVIO DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO COMPROVAÇÃO DO MOTIVO. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Argüiu a parte apelada a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam*, sob o fundamento de que o sindicato autor não poderia agir como substituto processual no caso *sub examine*. A matéria é de índole constitucional, consubstanciada no alcance do artigo 8º, inciso III da Constituição Federal e já se encontra devidamente pacificada perante o Supremo Tribunal Federal, reconhecendo aos sindicatos legitimação extraordinária para figurarem na qualidade de substitutos processuais da defesa em Juízo de seus direitos e interesses coletivos ou individuais, independentemente de autorização expressa. Preliminar não acolhida. 2. Melhor sorte não pode ter a preliminar de irregularidade da petição inicial, pois com uma simples conferência da documentação trazida a Juízo com o exórdio, tem-se que não se encontra configurada a flagrante desobediência apontada pelo apelante. Ademais, a prova documental não se esgota com a petição inicial; assim, não há que se falar em indeferimento liminar da peça inicial se o documento, porventura faltoso, é suscetível de posterior exibição. 3. No mérito, verifico que o apelante juntou aos autos comprovação de que o pagamento das custas processuais foi feito tempestivamente, ou seja, em cumprimento ao despacho que ordenou seu recolhimento, o que leva à conclusão de que o mesmo cumpriu diligentemente com as determinações do magistrados a quo, motivo pelo qual não deve ser



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

penalizado pelo extravio, por motivo desconhecido, do comprovante que alega ter colacionado aos autos oportunamente. Por unanimidade de votos, proveu-se Apelação Cível.

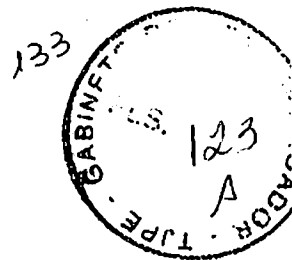
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0085977-0, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 05 de novembro de 2009, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto específico constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de novembro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator





134

115
14

GABINETE DE DESEMBARGADOR

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0085977-0

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arcoverde – PE (SINTEMA)

Apelado: Município de Arcoverde

RELATÓRIO

Tratam-se de reexame necessário e recurso de apelação em face da sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança de Vencimentos nº 833/01, a qual indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução do mérito, em vista do não pagamento das custas processuais.

Nas razões do apelo, em síntese, o recorrente aduz que em seu favor teve deferido os benefícios da assistência judiciária, contudo, após, devidamente intimado promoveu o pagamento das custas processuais e protocolou a petição de fls. 51, dando conta da juntada das guias de recolhimento das referidas custas, porém, assevera que por motivo desconhecido, o comprovante de quitação não chegou ao conhecimento do julgador, permitindo, assim, o indeferimento da petição inicial.

Instado a apresentar suas contrarrazões, o Município recorrido em sede de preliminar, argúi a ilegitimidade ativa do Sindicato autor, no mérito, pugna pelo improvimento do recurso.

Encaminhado os autos à Procuradoria de Justiça, foi ofertado o parecer de fls. 88/89, com opinativo no sentido de se prover o apelo interposto.

É o relatório. À d. revisão.

Recife, 16 de outubro de 2009.

José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0085977-0

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arcoverde – PE (SINTEMA)

Apelado: Município de Arcoverde

VOTO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

Argüiu a parte apelada a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam*, sob o fundamento de que o sindicato autor não poderia agir como substituto processual no caso *sub examine*.

A preliminar suscitada não pode ser amparada nesta Instância Superior. A matéria é de índole constitucional, consubstanciada no alcance do artigo 8º, inciso III da Constituição Federal e já se encontra devidamente pacificada perante o Supremo Tribunal Federal, reconhecendo aos sindicatos legitimização extraordinária para figurarem na qualidade de substitutos processuais da defesa em Juízo de seus direitos e interesses coletivos ou individuais, independentemente de autorização expressa. Veja-se:

"EMENTA: SINDICATO. LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ART. 8º, III DA CF/88. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. O Plenário desta Corte, ao apreciar e julgar, dentre outros, o RE 193.579 (red. p/ acórdão min. Joaquim Barbosa, j. 12.06.2006) firmou entendimento no sentido de que os sindicatos possuem legitimidade extraordinária para atuar como substitutos processuais na defesa em juízo dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria que representam. Agravo regimental a que se nega provimento. RE 211866 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL. Relator Min. JOAQUIM BARBOSA. 08.05.2007".

"EMENTA: PROCESSO CIVIL. SINDICATO. ART. 8º, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEGITIMIDADE. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DEFESA DE DIREITOS E INTERESSES COLETIVOS OU INDIVIDUAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O artigo 8º, III da Constituição Federal estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a



136
GABINETE DE DES. J. IVO DE PAULA GUIMARÃES
FLS. 125
A

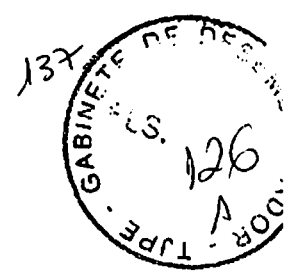
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

execução d os créditos reconhecidos aos trabalhadores. Por se tratar de típica hipótese de substituição processual, é desnecessária qualquer autorização dos substituídos. Recurso conhecido e provido. RE 193503 / SP - SÃO PAULO. Relator Min. CARLOS VELLOSO. 12.06.2006"

Assim, conheço e rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

05/11/2001



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0085977-0

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arcoverde - PE (SINTEMA)

Apelado: Município de Arcoverde

VOTO PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL

Argüiu o recorrente a preliminar de defeito da petição inicial asseverando que o autor não instruiu o pedido com os documentos indispensáveis à propositura da ação, afrontando assim o artigo 283 do Código de Processo Civil.

Melhor sorte não pode ter a prefacial levantada, pois com uma simples conferência da documentação trazida a Juízo com o exórdio tem-se que não se encontra configurada a flagrante desobediência apontada pelo apelante. Ademais, a prova documental não se esgota com a petição inicial; assim, não há que se falar em indeferimento liminar da peça inicial se o documento, porventura faltoso, é suscetível de posterior exibição.

Por essas razões, conheço para rejeitar a preliminar em discussão.

É como voto.

08/11/2007



138

124

GABINETE DE DESEMBARGADOR
JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0085977-0

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arcoverde – PE (SINTEMA)

Apelado: Município de Arcoverde

VOTO DE MÉRITO

A presente demanda, conforme se vê do carimbo constante no rosto da petição inicial, fora distribuição por ordem do Juiz Diretor do Foro sob os benefícios da assistência judiciária, todavia, ao ser recepcionada pelo Juízo processante, houve por bem determinar a intimação do autor para promover o pagamento das custas processuais.

Apesar da petição de fls. 51, anunciativa do cumprimento da ordem judicial, restou a petição inicial indeferida, vez que não constou anexada a comprovação da quitação relativa às custas processuais, residindo neste fato a irresignação do apelante.

Notoriamente a de ser admitido que houve o pagamento das custas processuais nestes autos. O apelante carreou ao seu recurso prova cabal de que havia cumprido a determinação judicial. A prova que tenho como incontroversa consta às fls. 64, configurada em uma certidão exarada pelo Distribuidor da Comarca de Arcoverde, atestando ter em seu poder a “via azul” das guias do DARJ relativamente ao presente processo, corroborando as razões do apelo.

Além do mais, o apelante trouxe a cópia da guia, devidamente autenticada, conforme se vê às fls. 65, comprovando ter efetuado o pagamento das custas processuais em 30.04.2002, data esta anterior à prolação da sentença que ocorreu em 31.05.2002.

Assim, em face de tais considerações, voto no sentido de dar provimento ao recurso de apelação e, em consequência, anular a sentença lançada às fls. 53, permitindo que o feito tenha seu regular processamento.

É como voto.

Recife, 05/11/2011

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto



Apelação cível nº 85977-0 - Comarca de Arcoverde

Remetente: Juízo da 2ª Vara da Comarca de Arcoverde.

Apelante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arcoverde - PE (SINTEMA).

Apelado: Município de Arcoverde.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação cível diante de decisão que indeferiu a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, em face do não pagamento das custas processuais.

VOTO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

Primeiramente, observo que não merece prosperar a presente preliminar, em face do reconhecimento pelo STF, da legitimação extraordinária dos sindicatos, para figurarem, na qualidade de substitutos processuais, na defesa de interesses coletivos ou individuais, da categoria que representam.

VOTO DA PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL

Igualmente, não deve ser acolhida a tese de irregularidade da petição inicial, face à falta de juntada dos documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que a exordial encontra-se devidamente instruída, mostrando-se imperioso ressaltar, ainda, a possibilidade de posterior juntada de documentos que venham a se mostrar necessários ao deslinde da questão discutida.

VOTO DE MÉRITO

No mérito, verifico que o apelante juntou aos autos, fls. 65, comprovação de que o pagamento das custas processuais foi feito tempestivamente, ou seja, em cumprimento do despacho que ordenou seu recolhimento, o que leva à conclusão de que o mesmo cumpriu diligentemente com as determinações do magistrado *a quo*, motivo pelo qual não deve ser penalizado pelo extravio, por motivo desconhecido, do comprovante que alega ter colacionado aos autos oportunamente.

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao presente recurso voluntário, devendo-se anular a sentença de fls. 53, e, por fim, determinar a remessa dos autos ao juízo *a quo* para o regular processamento do feito.

É como voto.

Recife, 5 de novembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor